



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 367/2004

2ª CÂMARA

SESSÃO DE: 17/06/2004

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/971/2002

AUTO DE INFRAÇÃO: 1/200201868

RECORRENTE: AG MOTA

RECORRIDO: CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTANCIA

RELATOR ORIGINÁRIO CONS: ELIANE RESPLANDE

RELATOR DESIGNADO: ILDEBRANDO HOLANDA JUNIOR

EMENTA: Aquisição de mercadorias sem documentação fiscal – Omissão de entrada. Dispositivos legais infringidos art.139, 878, III, "A", do Dec.24.569/97. Defesa tempestiva e provida. A 2ª Câmara, por maioria de votos, modifica sentença monocrática para a nulidade por entender que se trata de repetição de fiscalização.

RELATÓRIO

A empresa autuada adquiriu mercadorias sem documentação fiscal – Omissão de entrada. Dispositivos legais infringidos art.139, 878, III, "A", do Dec.24.569/97. Agente fiscal junta aos Autos os relatórios de entrada e saídas, inventários, totalizador, tabelas de produtos e outros documentos que embasam a acusação Defesa tempestiva e provida. Defesa alega, dentre outras coisas, repetição de fiscalização pela ocorrência da emissão de um ato designatório versando sobre o projeto diligência fiscal para o período de 1999, sob o nº 2000.26949I e em seguida apresentando a emissão de um novo ato designatório para o mesmo projeto e período. Julgamento

procedente A 2ª Câmara, por maioria de votos, modifica sentença monocrática para a nulidade por entender que se trata de repetição de fiscalização.

VOTO DO RELATOR

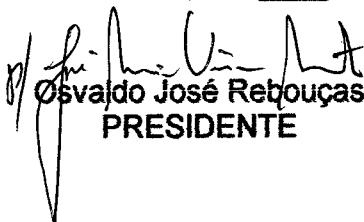
Sem adentramos ao mérito do presente Auto de infração verifica-se a ocorrência de repetição de fiscalização para o mesmo período e com o mesmo projeto levando-se em conta ser os agentes, as circunstâncias e a cronologia os mesmos a fiscalizar o idêntico contribuinte, por essa razão, esse Auto deve ser nulo. Não há o que se discutir quanto ao conhecimento de levar a efeito uma repetição de fiscalização sem observar devidamente os procedimentos legais para o ato, o que por si só já o torna nulo de pleno direito. Portanto, voto para que se conheça do recurso voluntário, dar-lhe provimento, para modificar decisão condenatória de 1ª instancia para nulidade

DECISÃO:

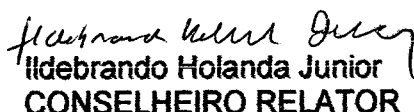
Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é recorrente AG MOTA e recorrido CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTANCIA,

Resolvem os membros da 2ª Câmara de julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por maioria de votos, conhecer do recurso voluntário, dar-lhe provimento para modificar a decisão condenatória proferida pela 1ª instancia, e em grau de preliminar declarar a nulidade da ação fiscal, nos termos do primeiro voto discordante, proferido pelo conselheiro Ildebrando Holanda Júnior, que ficou designado para lavrar a resolução. Foram votos vencidos as Cons. Eliane Resplande, Conselheira Originária, Cons. Eridan e Regineusa Aguiar.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 8 de julho de 2.004.


Osvaldo José Rebouças
PRESIDENTE


Eliane Resplande Figueiredo Sá
CONSELHEIRA

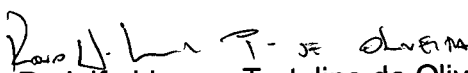

Ildebrando Holanda Junior
CONSELHEIRO RELATOR

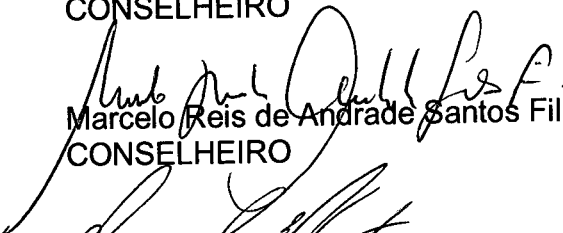

Dulcimeire Pereira Gomes
CONSELHEIRA

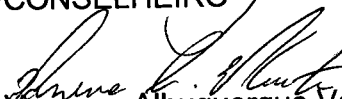

p) José Maria Vieira Mota
CONSELHEIRO


Regineusa de Aguiar Miranda
CONSELHEIRA

Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO


Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira
CONSELHEIRO


Marcelo Reis de Andrade Santos Filho
CONSELHEIRO


Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRO